

O real impacto do pacote fiscal

MEDIDAS PODEM COMPENSAR O AUMENTO DO DÉFICIT PÚBLICO DECORRENTE DA ALTA DOS JUROS

RICARDO LUIZ MENDES RIBEIRO

A pesar da forma meio atabalhoada como foi divulgado, o pacote fiscal conseguiu, ao menos num primeiro momento, conter as ameaças mais imediatas ao Plano Real. O que todos se perguntam é, primeiro, se será realmente possível obter uma economia de R\$ 20 bilhões com o conjunto dessas medidas e, segundo, se o pacote é suficiente para contrabalan-

É bastante razoável esperar ganho não desprezível de cerca de R\$ 15 bilhões

çar os efeitos fiscais negativos do aumento de juros.

Segundo nossa avaliação, é bastante razoável esperar que o pacote possa produzir ganho fiscal não desprezível de cerca de R\$ 15 bilhões, sendo R\$ 7,63 bilhões por meio de corte de despesas e R\$ 7,46 bilhões com o aumento de receita, conforme detalhado nas tabelas desta página.

Para chegar a esses valores, assumimos que as intenções de corte de gastos serão mais

difíceis de serem concretizadas do que as medidas que envolvem aumento de receita. No caso do aumento de arrecadação do IRPF e do IPI, descontamos metade do previsto pelo governo. Quarenta e sete por cento da arrecadação desses impostos é repassada a Estados e municípios e a fundos de desenvolvimento regionais. Em ano de eleição, será muito difícil que essa renda adicional para Estados e municípios não se transforme em aumento equivalente dos gastos. Apesar de não aparecer explicitamente na tabela divulgada pelo governo, acrescentamos R\$ 1,5 bilhão por

conta do aumento de 3% na Tarifa Externa Comum do Mercosul.

Contudo, desse ganho total é preciso subtrair uma parcela equivalente à redução da arrecadação por conta da diminuição da taxa de crescimento do PIB para o próximo ano. Segundo nossa estimativa, o inevitável desaquecimento da economia deverá acarretar uma redução de pelo menos R\$ 3 bilhões na arrecadação tributária do governo federal e R\$ 800 milhões na arrecadação própria dos Estados. Assim, o ganho fiscal esperado para 1998 deverá ficar em torno de R\$ 11,2 bilhões, ou seja, cerca de 1,2% do PIB. Considerando que já esperávamos um superávit primário de 1% do PIB em 1998, o setor público consolidado deverá apresentar um superávit primário de 2,2% do PIB no próximo ano.

Quanto à elevação dos juros, segundo nossas estimativas, isso deverá acarretar um aumento em torno de R\$ 10 bilhões nas despesas nominais de juros para todo o setor público. No cenário otimista, a taxa de juros média em 98 ficaria em torno de 23,5%, enquanto no cenário cauteloso, seria de 24,9%. Assumimos ainda que, em média, 20% da dívida mobiliária do governo federal é renovada a cada mês. Aplicamos as novas taxas de juro apenas à dívida nova. Portanto, o pacote fiscal lançado pelo governo teria condições de compensar o aumento do déficit público decorrente do aumento de juros.

CORTE DE DESPESAS*

Redução nos gastos de custeio para 1998	0,85 (1,70)
Corte no valor dos projetos em 1998	0,25 (0,50)
Redução dos gastos de pessoal em 1998	1,50 (1,50)
Redução do número de DAS	0,02 (0,02)
Revisão dos contratos de prestação de serviços	0,25 (0,58)
Revisão dos critérios de concessão de bolsas de ensino e pesquisa	0,10 (0,10)
Retirar da folha de pagamento os inativos não recadastrados	0,10 (0,10)
Revisão do critério de concessão de aposentadoria proporcional	0,00 (0,10)
Recadastramento dos beneficiários da Loas	0,21 (0,21)
Manutenção da idade de 70 anos para concessão de benefícios da Loas	0,10 (0,10)
Fortalecimento da perícia médica para concessão de benefícios de auxílio-doença	0,00 (0,25)
Reprogramação dos investimentos das estatais	1,80 (2,10)
Redução de gastos de custeio das estatais	0,45 (0,90)
Redefinição dos limites de endividamento de Estados e municípios	2,00 (2,00)
Total do corte de despesas	7,63 (10,29)

* Os números entre parênteses indicam as estimativas do governo.

AUMENTO DE RECEITAS

Aumento taxa de embarque	0,45 (0,50)
Redução linear dos incentivos	0,55 (0,55)
Redução da isenção de compras Duty Free	0,00 (0,02)
Aumento IRPF	0,60 (1,20)
Aumento do IPI	0,40 (0,80)
Elevação dos preços dos derivados de petróleo	1,16 (1,16)
Estabelecimento de regime especial de dividendos para bancos oficiais	1,00 (1,00)
Elevação TEC	1,50 (1,50)
Aumento da receita das estatais	1,80 (2,70)
Total aumento de receitas	7,46 (9,43)
Ganho total	15,09 (19,72)

■ Ricardo Luiz Mendes Ribeiro é economista e analista político da MCM Consultores Associados

28 NO 1997

ESTADO DE SÃO PAULO